

Ano XXIV nº 6111 – 07 de agosto de 2019

Servidores públicos podem perder estabilidade

Um projeto de reforma da administração pública do atual governo coloca em risco os empregos de milhares de servidores públicos em todo o país.

A reestruturação, que está em estudo no Ministério da Economia, deve acabar com a estabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público federal, garantida pela Constituição e ainda abrir caminho para demissões e terceirização de serviços públicos. Com a desculpa de que é necessário modernizar e “tornar mais eficiente” a prestação de serviços, o governo pretende fazer mudanças que prejudicam não somente os trabalhadores(as), mas também toda a sociedade.

Só quem ganha com isso é a iniciativa privada, pois quando um servidor é demitido, um terceirizado, com menor qualificação é contratado, privilegiando dessa forma o setor empresarial, que paga menos e precariza as condições de trabalho. O governo argumenta que é necessário enxugar a máquina do Estado para economizar e no fim, o Estado vai gastar mais contratando empresas terceirizadas e, como sempre neste governo, a medida vai beneficiar empresários, nunca os trabalhadores.



Contraf-CUT conquista revogação da exigência de 120 meses para aposentados da Caixa

Depois da cobrança da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), em junho e reiterada tanto pelo Grupo de Trabalho de Saúde Caixa, quanto pelo Conselho de Usuários do Saúde Caixa, a Caixa voltou atrás e vai retirar do RH 221 a exigência de contribuição mínima de 120 meses para manter o plano após rescisão do contrato de empregado aposentado pelo INSS.

A nova versão do normativo está em fase de elaboração e será divulgada pela Caixa em breve. Outros pontos foram acatados, como o não cancelamento do Saúde Caixa para o aposentado que não se recadastrou no período determinado. A Caixa concordou que o plano fique suspenso até que o aposentado possa realizar o recadastramento. A alteração também valerá para os filhos, maiores de 21 anos, permanentemente incapazes. Foi informado também que o filho permanentemente incapaz, pela nova versão do RH, poderá ter renda de até 01 (um) salário mínimo para ser mantido como dependente direto após completar 21 anos, não considerando nessa conta a pensão alimentícia. Pela atual redação, filhos nessas condições somente podem ser mantidos se não tiverem nenhum tipo de rendimento. Em outros itens questionados a patrocinadora se manteve inflexível, como no caso do casal Caixa, obrigando assim que o titular seja o de maior remuneração base.

As mudanças foram resultado do reforço das cobranças realizadas na reunião conjunta ocorrida do GT Saúde Caixa e do Conselho de Usuários do Saúde Caixa com a empresa. As alterações feriam o negociado com a categoria no Acordo Coletivo de Trabalho tal restrição, não cabendo a empresa criar novas regras.

Cresce endividamento das famílias brasileiras

O endividamento das famílias alcançou o maior nível em três anos, segundo dados do Banco Central. Em maio, a taxa de endividamento em relação à renda acumulada de 12 meses subiu para 44,04%. Foi a sétima alta mensal consecutiva.

Para o economista Sérgio Mendonça, a dificuldade em redução do endividamento das famílias está associada à situação geral da economia brasileira. Segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio o percentual cresceu de 64% em junho/19 para 64,1% em julho/19. “Estamos 8% mais pobres, na média, em termos de Renda per Capita, em relação ao PIB do ano de 2014. Nesse quadro, os indicadores do mercado de trabalho são bem ruins com alto desemprego e elevada subutilização da força de trabalho. Isso afeta a estratégia de sobrevivência das famílias e a renda familiar”.